

# Sarney garante que não haverá novas reformas eleitorais

Da sucursal de  
**BRASÍLIA**

O presidente do PDS, José Sarney, garantiu, ontem, que não será feita mais nenhuma reforma eleitoral em profundidade antes das eleições de 15 de novembro, embora acredite na realização de alguns ajustes nos mecanismos eleitorais. Com isso, Sarney afastou a possibilidade de o governo adotar o "distritão" — eleições majoritárias para deputado — ou ampliar a utilização da sublegenda.

Entre os ajustes nos mecanismos eleitorais que acredita serão feitos, o dirigente pedessista citou a revisão da Lei Falcão, lembrando que o único problema a resolver no setor é a utilização do horário gratuito de propaganda eleitoral. Segundo Sarney, a Lei Falcão vem sendo revogada, nos dispositivos que proíbem a propaganda dos candidatos no rádio e na televisão, pelo próprio debate político que se estabeleceu no País, através de programas de entrevistas nesses meios de comunicação.

"A Lei Falcão não corresponde mais à realidade dos tempos atuais", conforme explicou o presidente do PDS, notando que o debate político que se está travando no País, com a participação de todas as forças políticas, é uma conquista irreversível. Por isso, o senador governista defendeu a necessidade de a Lei Falcão ser adaptada aos novos tempos.

José Sarney disse que não sabe

como o governo resolverá o problema da divisão do horário gratuito no rádio e na televisão, lembrando que, no ano passado, o partido entregou um relatório ao presidente Figueiredo contendo algumas sugestões sobre o assunto. No documento encaminhado ao governo, o PDS sugeriu que metade do tempo nos programas de propaganda eleitoral gratuita lhe fosse destinado, e o restante dividido entre as demais agremiações.

De acordo com a sugestão do PDS, a propaganda eleitoral seria gratuita nos 40 dias que antecedem às eleições, podendo ser paga, no limite fixado pela Justiça Eleitoral, no período anterior e concomitante. Explicou Sarney que o relatório expressa apenas a "visão partidária" do problema, mas que certamente o presidente da República "tem uma visão mais abrangente do mesmo".

## VINCULAÇÃO

Sarney admitiu ainda que embora a vinculação completa das eleições, aprovada por decurso de prazo no dia 9, venha sendo apresentada por correligionários como um empecilho aos candidatos governistas à Câmara dos Deputados, "a matéria não está em pauta para ser examinada pelo governo".

Já em relação à incorporação do PP ao PMDB, o presidente do PDS disse que o partido se vai limitar a acompanhar os aspectos legais da questão, sem tentar impugná-la, "mesmo porque isso já está sendo feito por parlamentares do PP".